



Diagnóstico e Prognóstico das Condições de Uso da Água na Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus



Rio Cricaré - São Mateus (ES)
Fotógrafa: Simone Patrocínio

Relatório de Percepção Ambiental Janeiro 2018

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Relatório de Percepção Ambiental (RPA) do processo de planejamento dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus. O objetivo central desse relatório é mostrar os dados sobre a percepção ambiental dos participantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (CBH São Mateus) para compor o diagnóstico e prognóstico das condições de uso da água nessa bacia.

COORDENAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA

Coordenação

Felipe Dutra Brandão (AGERH)

Monica Amorim Gonçalves (AGERH)

Pablo Medeiros Jabor (IJSN)

Equipe administrativa

Danieli Rodrigues Lavino

Dianne dos Santos Silva

Equipe técnica

Ana Letícia Espolador Leitão – Economista

Breno Vinícius Silva – Cientista Social

Bruno Peterle Vaneli – Engenheiro Ambiental

Carolina Goulart Bezerra – Engenheira Florestal

Fernando Mieis Caus – Geógrafo

Julia Paula Soprani Guimarães – Bióloga

Larissa Bertoldi – Oceanógrafa

Lorena Gregório Puppim – Oceanógrafa

Luana Lavagnoli Moreira – Engenheira Ambiental

Margareth Santos Silveira – Jornalista

Maycon Chaga da Silva – Bacharel em Ciências Econômicas

Rafael Rezende Novais – Engenheiro Ambiental

Rosangela Maioli Langa – Geógrafa

Taísa da Rosa Barros Proêza – Bacharel em Serviço Social

Equipe de apoio

Anna Luísa Mariani Gonçalves – Estagiária em Economia

Bruna Bergamin Aguiar – Estagiária em Economia

Laisa Lorenzoni Leal – Engenheira Ambiental

Murilo Ribeiro Spala – Geógrafo

Talles Gomes Santos – Geógrafo



SUMÁRIO

1	Introdução	6
2	Instrumentos de pesquisa.....	7
3	Resultados e Discussão.....	8
4	Considerações finais.....	20
5	Bibliografia.....	22
6	APÊNDICE	23

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 - Sexo dos participantes do CBH São Mateus.	8
Figura 3.2 - Escolaridade dos participantes do CBH São Mateus.	9
Figura 3.3 - Segmentos de representação do CBH São Mateus.	10
Figura 3.4 - Relação do tempo de atuação de cada representante no CBH São Mateus.	10
Figura 3.5 - Pergunta relacionada à participação em outros comitês.	11
Figura 3.6 - Relação das condições de participação no comitê.	11
Figura 3.7 - Dificuldades para atuação do comitê.	12
Figura 3.8 - Grau de satisfação dos participantes com a gestão de recursos hídricos na bacia.	13
Figura 3.9 - Opinião dos participantes quanto à atuação do comitê na resolução de conflitos pelo uso da água.	14
Figura 3.10 - Nível de comunicação entre o comitê e a população da bacia.	15
Figura 3.11 - Opinião dos participantes a respeito da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.	16
Figura 3.12 - Motivos pela falta de água.	18
Figura 3.13 - Resposta dos entrevistados quando perguntados se já passaram por situação crítica de falta de água.	19
Figura 3.14 - Impactos gerados pela falta de água.	19

1 INTRODUÇÃO

É inegável a importância do envolvimento efetivo da sociedade no processo de estruturação dos Planos de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas, o que explicita a importância da adoção do diagnóstico prévio de percepção ambiental e social junto aos representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

É importante entender que cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o ambiente. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções (ambiental e social), dos processos cognitivos, experiências pessoais, julgamentos, expectativas de cada indivíduo e histórias de vida.

Neste aspecto, os rios e, por conseguinte, o comitê, podem ser valiosos temas de projetos de interpretação ambiental, uma vez que a participação pública em manejo de bacias hidrográficas pode realmente contribuir para seu sucesso.

O estudo da percepção ambiental serve, segundo Zampieron (2003), de base para a melhor compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. Sob este ponto de vista, a bacia hidrográfica como unidade territorial, torna-se objeto de estudo da percepção ao facilitar o surgimento de conflitos e alianças em torno da gestão dos recursos hídricos, pois há uma relação física entre os que vivem numa dada área e os movimentos e articulações em prol da água (EDITORIAL, 2001).

Nesse sentido, o que se objetiva, através da realização de estudos prévios de avaliação da percepção ambiental e social é caracterizar e quantificar como o segmento da sociedade inserido na bacia hidrográfica “percebe”, a seu modo, os aspectos que, posteriormente, poderão ser ajustados através de intervenções diretas ou da definição de programas ou projetos socioeducacionais.

No intuito de conhecer a percepção dos representantes e participantes dos Comitês de Bacias, foi realizada a investigação da percepção ambiental, buscando entender o impacto de algumas atividades na conservação do ambiente onde vivem, além de questões ambientais relacionadas aos recursos hídricos e as percepções em relação ao funcionamento do próprio comitê de bacia.

2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O trabalho de investigação foi realizado com todos os participantes presentes na Oficina de Contextualização e Atividades Preliminares do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (CBH São Mateus), incluindo os membros titulares, suplentes e convidados. Todos os segmentos que fazem parte do comitê foram representados, sendo eles o poder público, usuários de água e sociedade civil organizada. A oficina foi realizada no dia 03 de abril de 2017, no auditório do Posto de Saúde do município de Nova Venécia.

Os representantes do CBH São Mateus foram submetidos a um questionário quantitativo e qualitativo com questões sobre a caracterização dos representantes do comitê, suas percepções sobre o seu funcionamento, expectativas, além de abordar temáticas ambientais relacionadas aos recursos hídricos. O questionário utilizado na pesquisa foi estruturado em três blocos temáticos: identificação; comitê de bacia e questões ambientais, e contou com número amostral de 11 participantes.

Antes da aplicação do instrumento de pesquisa, foi realizada uma breve explanação sobre a relevância da interpretação ambiental na gestão dos recursos hídricos e reforçada a importância da sinceridade nas respostas. Após essa breve contextualização distribuiu-se os questionários aos presentes para seu autopreenchimento. No fim da oficina os questionários foram recolhidos e posteriormente tabulados e analisados.

Para a análise dos resultados, as questões que envolviam múltipla escolha ou respostas que possibilitaram a distribuição por alternativas, foram tabulados para facilitar cruzamentos, análise estatística e a construção de quadros e gráficos. As informações obtidas por meio de questões dissertativas, ou ainda em complementação às questões fechadas, foram avaliadas separadamente e agrupadas por similaridade, por meio da classificação segundo as categorias e os aspectos em análise.

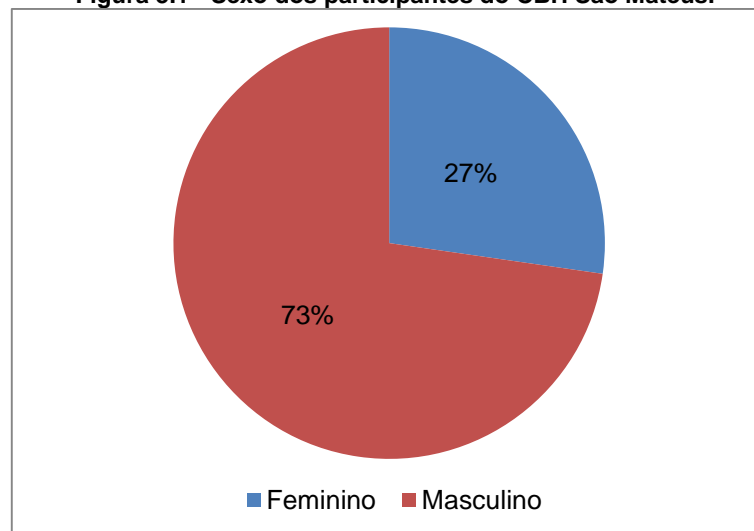
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o exame dos questionários, as respostas foram analisadas de acordo com a convergência de opiniões referente ao tema. Para cada questão discutida são apresentados os gráficos com as porcentagens das respostas. O questionário utilizado encontra-se em apêndice.

O perfil dos representantes e participantes foi caracterizado mediante análise do gênero, da idade e do nível de instrução. Com isso, teve-se o objetivo de verificar se o CBH agrega uma representação plural e distribuída socialmente, garantindo que todos os grupos sociais estejam representados de forma igualitária nesse espaço participativo.

Nota-se que esse espaço agrega tanto homens quanto mulheres. Entre os representantes do CBH São Mateus que responderam ao questionário, 73% são homens e 27% mulheres (Figura 3.1). Esse percentual varia pouco entre os três setores do CBH. Dessa forma, percebe-se que a representação não inclui em proporção igualitária homens e mulheres, não partilhando o poder de decisão entre eles dentro do CBH.

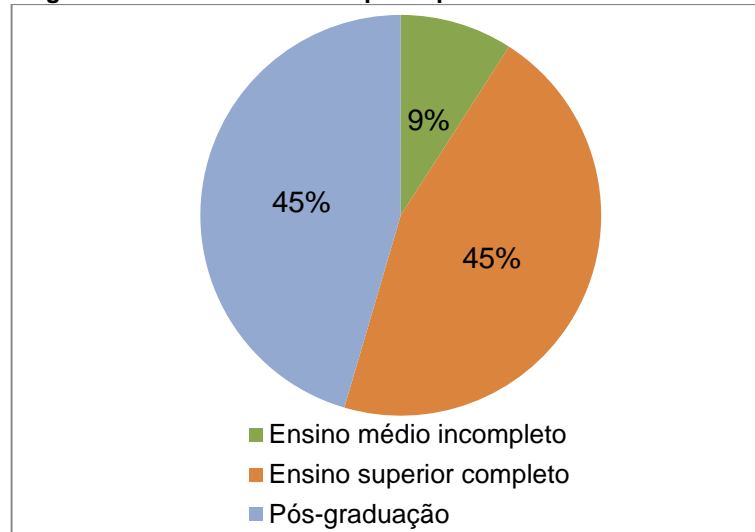
Figura 3.1 - Sexo dos participantes do CBH São Mateus.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

O nível de formação dos representantes do CBH São Mateus é alto, na medida que 45% têm nível de formação superior e 45% deles possuem pós-graduação (Figura 3.2). Essa variável, apesar de não necessariamente estar correlacionada de forma direta a um engajamento cívico do cidadão, tem sido destacada por diversos autores como um efeito positivo sobre a formação de uma cidadania ativa, interessada, participativa e coerente, o que tende a influenciar a qualificação dos debates dentro do comitê (DIAS, 2015).

Figura 3.2 - Escolaridade dos participantes do CBH São Mateus.



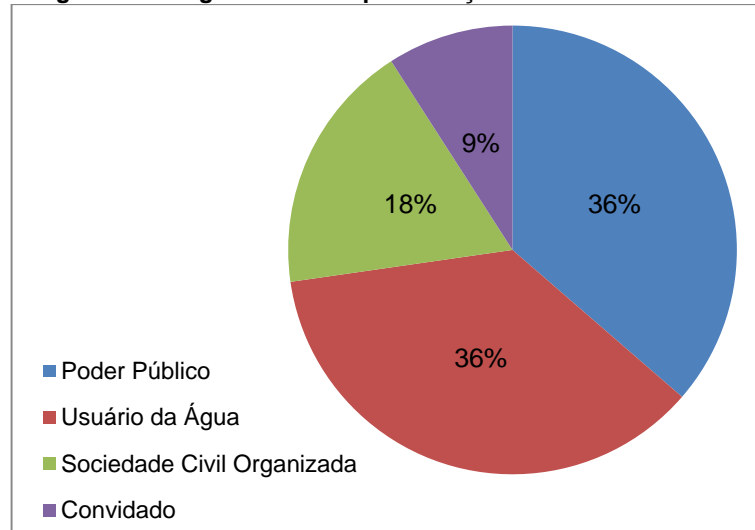
Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

Para que o processo participativo seja democrático, a atuação desses atores deve objetivar a intervenção no processo decisório, mediante a discussão, negociação e estruturação de consensos, ações e decisões sobre assuntos de interesse da coletividade e sobre conflitos que permeiam a sua relação. Assim, o processo que emana da participação deve contemplar uma efetiva partilha de poder decisório, a geração de corresponsabilidades e respeito à autonomia dos sujeitos envolvidos.

Neste sentido, pode-se inferir que a alta média de escolarização ajuda na boa qualificação das discussões e das decisões tratadas dentro do CBH São Mateus, respaldando assim suas decisões.

A participação nos CBHs ocorre somente se existir a representação dos diversos segmentos intervenientes. Dentre os segmentos representados neste estudo, 18% dos entrevistados são pertencentes à sociedade civil organizada, 36% ao poder público, 36% aos usuários de água e 9% por pessoas convidadas (que não tem uma cadeira fixa no comitê mas participam de forma pontual de acordo com a pauta da reunião) (Figura 3.3).

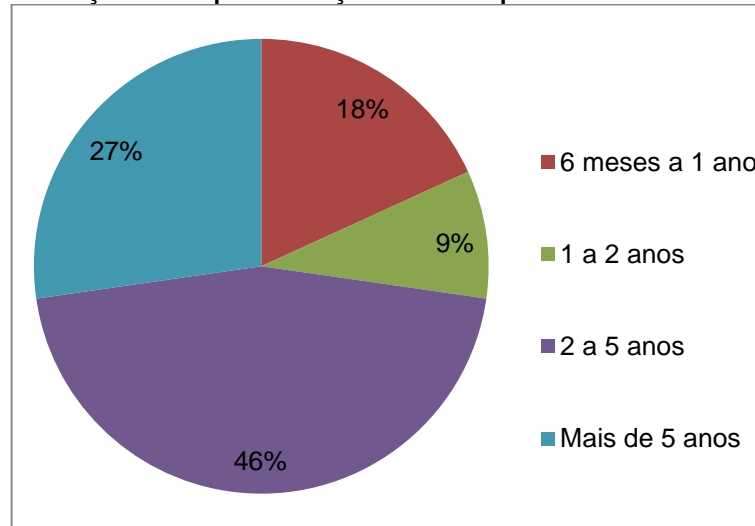
Figura 3.3 - Segmentos de representação do CBH São Mateus.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

Quanto ao tempo de atuação neste comitê, 27% declararam ter participação por mais de 5 anos, e 46% entre 2 a 5 anos (Figura 3.4), demonstrando assim um maior conhecimento das tratativas e dos objetivos do comitê. Todos afirmaram considerar sua participação no comitê importante para a gestão da bacia.

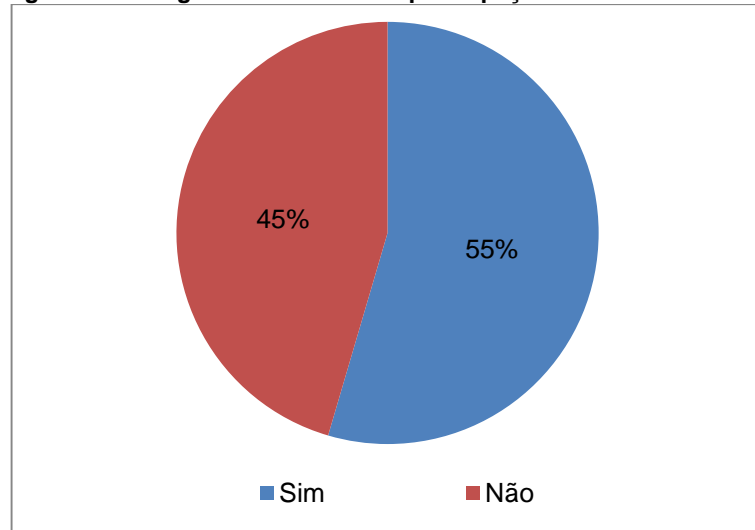
Figura 3.4 - Relação do tempo de atuação de cada representante no CBH São Mateus.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

Quando perguntados se participam ou participaram de outros CBHs, 55% disseram que sim, demonstrando experiência em processos de gestão participativa e nos debates relacionados à gestão dos recursos hídricos (Figura 3.5). É importante frisar que esse acúmulo de experiências, associado a uma boa formação acadêmica propicia uma melhor qualificação nas discussões tratadas no comitê.

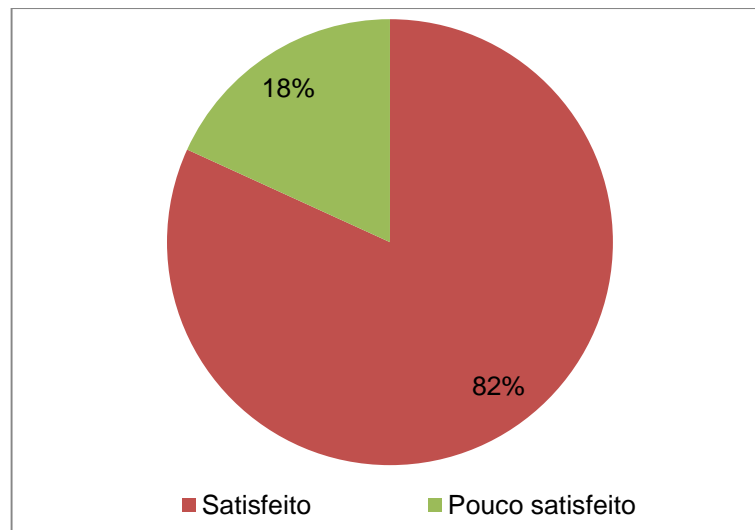
Figura 3.5 - Pergunta relacionada à participação em outros comitês.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

A Figura 3.6 apresenta outro dado relevante sobre a satisfação em relação às condições de participação no comitê. Dos que participaram da pesquisa, 82% responderam estar satisfeitos com sua participação, isso significa dizer que a participação no comitê é vista como uma oportunidade de contribuir com a gestão hídrica e na resolução dos conflitos existentes.

Figura 3.6 - Relação das condições de participação no comitê.

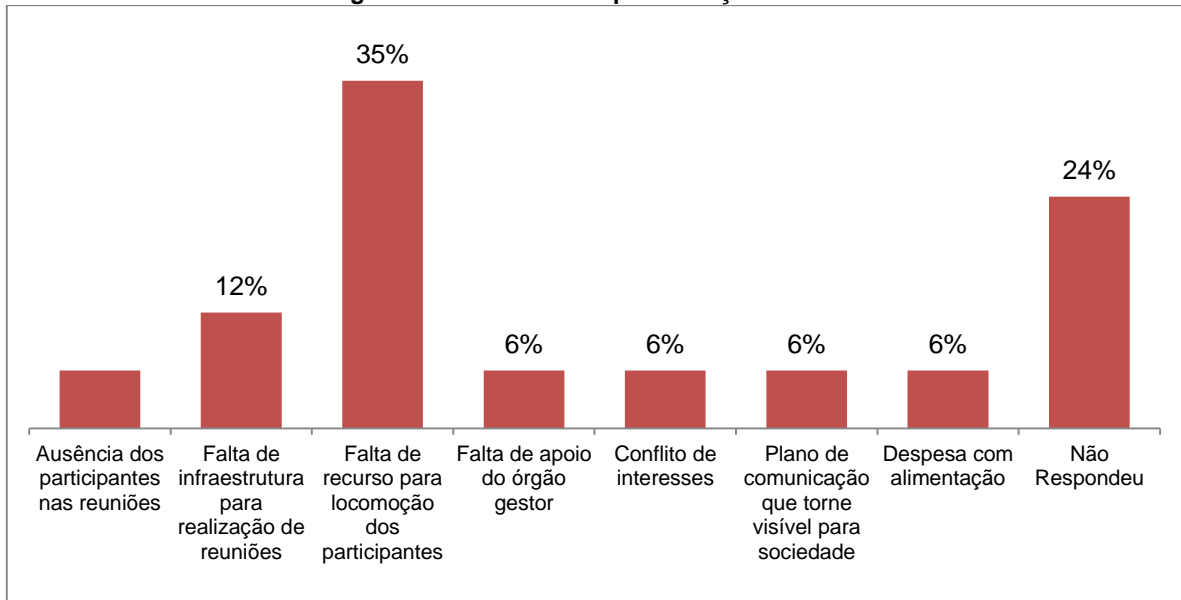


Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

A Figura 3.7 apresenta as dificuldades para atuação do comitê segundo seus representantes, mostrando que a satisfação na participação não pode necessariamente ser associada a uma boa qualidade na gestão. Entre as dificuldades apontadas no questionário destacam-se: falta de recurso para locomoção dos participantes; e falta de infraestrutura

para realização de reuniões, no que se refere à infraestrutura física para o funcionamento dos comitês. Itens como alimentação, transporte e hospedagem geralmente são disponibilizados pelos próprios representantes.

Figura 3.7 - Dificuldades para atuação do comitê.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

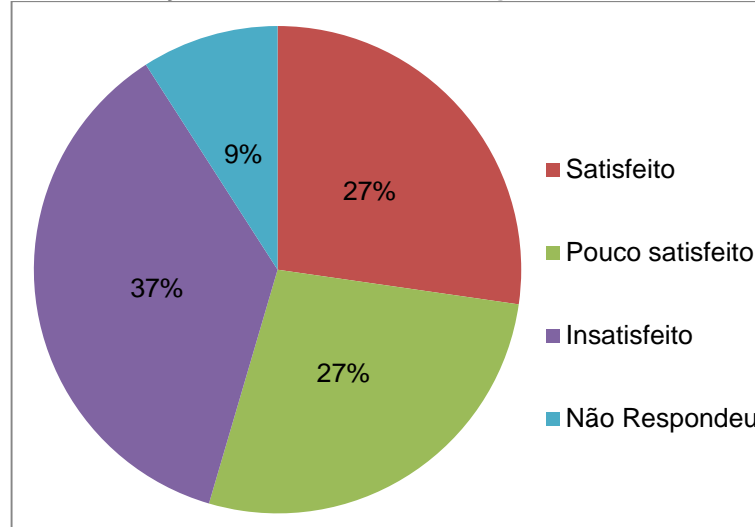
Dentre aqueles que responderam o questionário, 37% declaram estar insatisfeitos com a gestão de recursos hídricos dentro da bacia, tomando por base os poucos recursos financeiros e humanos disponíveis no comitê, conforme figura a seguir.

. Cabe destacar também a desarticulação da gestão das bacias, tanto entre os municípios e o estado, especialmente quanto ao planejamento de uso do solo, como também entre as próprias secretarias estaduais. Outros fatores relatados durante a oficina que dificultam a atuação e a efetividade da gestão no comitê são: a falta da implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a falta de pessoas engajadas com tempo e disposição para se dedicarem às atividades do comitê.

Em contrapartida, a plena satisfação com o atual sistema de gestão de recursos hídricos no estado foi declarada por 27%, sendo importante destacar duas justificativas: a importância da adoção de um sistema participativo, mesmo que moroso, pois “toda a sociedade tem oportunidade de participar”; e a experiência de “democratização de gestão pública”, que demonstrou eficiência, e poderia ser expandida para outros segmentos.

Dentre os 27% que se declararam parcialmente satisfeitos, percebe-se a insatisfação com a morosidade na tomada de decisão e a dedicação a assuntos emergenciais,

Figura 3.8 - Grau de satisfação dos participantes com a gestão de recursos hídricos na bacia.

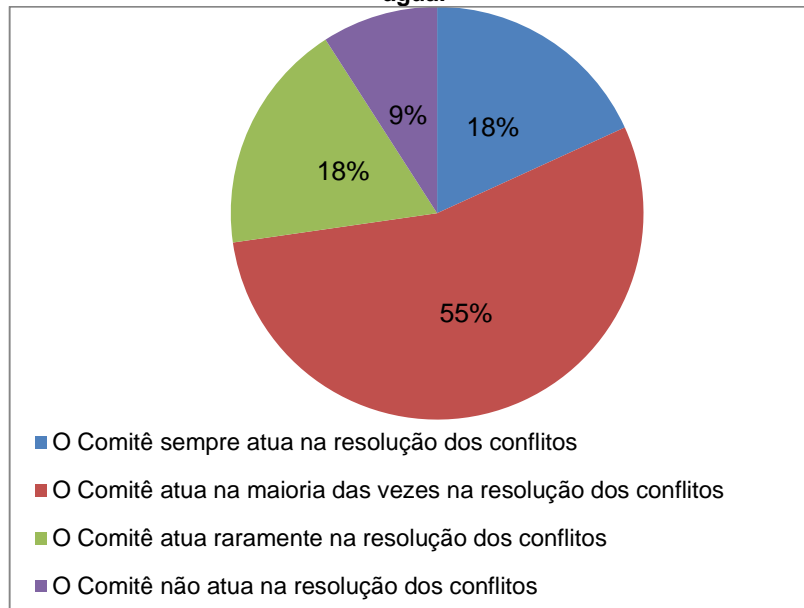


Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são instituições responsáveis pela gestão de uma unidade territorial, da qual fazem parte um diversificado número de atores, de distintos segmentos sociais, com percepções, expectativas e interesses variados. Dessa forma, a partir de seu papel de órgão normativo, consultivo e deliberativo o comitê possui como uma de suas competências a responsabilidade de solucionar conflitos relacionados aos usos dos recursos hídricos.

Nesse sentido, quando perguntados sobre a atuação do comitê na resolução de conflitos pelo uso da água, 73% apontaram que o comitê atua sempre, ou na maioria das vezes na resolução dos conflitos hídricos. Indo ao encontro ao Art. 61 da Lei nº 10.179/2014 que institui como competência do comitê a arbitragem de conflitos referentes ao uso da água. Apenas 9% dos entrevistados apontaram que o comitê atua raramente na resolução dos conflitos (Figura 3.9).

Figura 3.9 - Opinião dos participantes quanto à atuação do comitê na resolução de conflitos pelo uso da água.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

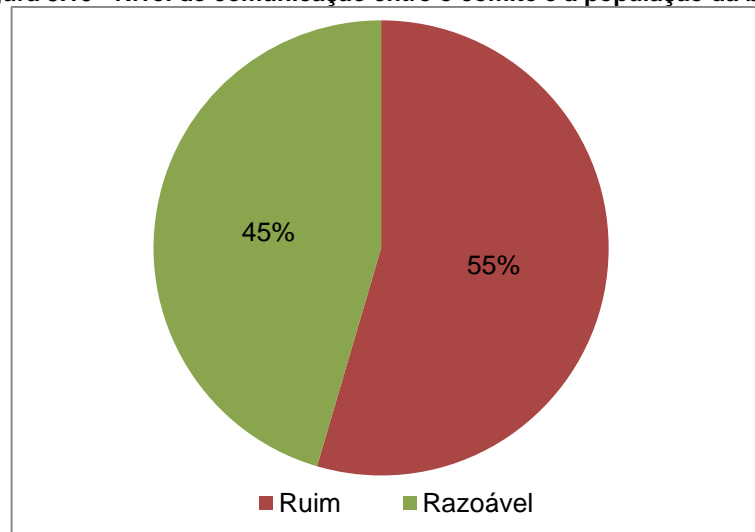
A preparação de toda a sociedade, setores públicos e privados, para receber e implantar a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) (BRASIL, 1997) fica cada vez mais evidente e necessária. Apesar desta Lei ser a mais importante peça de uma legislação que vem ao encontro da aspiração da sociedade, tem-se percebido por parte de alguns atores, tanto privados quanto públicos, resistências ou mesmo oposição à sua implantação. Uma das causas desse descrédito está relacionada a uma comunicação deficiente entre os técnicos do setor de recursos hídricos e a sociedade.

A Neste sentido, percebe-se que existe a necessidade de se estabelecer uma relação de confiança entre o CBH e a população da bacia. O conhecimento, pela população, do que significa uma gestão integrada de recursos hídricos e dos benefícios sociais, econômicos e ambientais que esta traz à população da bacia hidrográfica pode ser o caminho para uma participação ativa. Essa difusão de conhecimento necessita ser estabelecida, na maioria dos casos, de uma forma sistemática e implantada com transparência e publicidade.

Figura 3.10 apresenta a percepção dos entrevistados, relativa à comunicação entre o comitê e a população da bacia hidrográfica. No total, 45% dos entrevistados apontaram existir uma razoável comunicação com a população; e outros 55% disseram ser ruim. Para entender este resultado, é importante compreender a falta de suporte financeiro e administrativo que os CBHs experimentam, além da falta de instrumentos para atuação à distância e em rede.

Neste sentido, percebe-se que existe a necessidade de se estabelecer uma relação de confiança entre o CBH e a população da bacia. O conhecimento, pela população, do que significa uma gestão integrada de recursos hídricos e dos benefícios sociais, econômicos e ambientais que esta traz à população da bacia hidrográfica pode ser o caminho para uma participação ativa. Essa difusão de conhecimento necessita ser estabelecida, na maioria dos casos, de uma forma sistemática e implantada com transparência e publicidade.

Figura 3.10 - Nível de comunicação entre o comitê e a população da bacia.

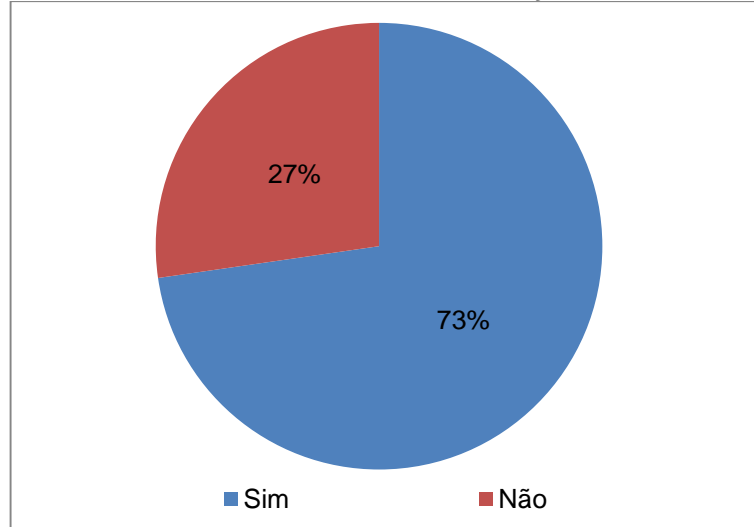


Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

A Lei nº 10.179/2014 (ESPÍRITO SANTO, 2014), Art. 31 prevê a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, sendo os valores cobrados utilizados como recursos para o financiamento dos programas e intervenções na bacia, de acordo com as prioridades definidas no Plano de Recursos Hídricos. Além disso, a cobrança tem como objetivo o reconhecimento da água como bem econômico, incentivando a racionalização do seu uso.

O resultado do questionário de percepção ambiental aponta que 73% afirmaram ser a favor da cobrança pelo uso do recurso hídrico; enquanto 27% disseram ser contrários, conforme pode ser observado na Figura 3.11.

Figura 3.11 - Opinião dos participantes a respeito da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

Para compreender as respostas de forma mais qualificada, é apresentado o quadro abaixo com as justificativas de quem é a favor ou contra a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Fica clara a percepção dos entrevistados, que disseram ser a favor, de que a cobrança poderá gerar um significativo acréscimo dos recursos a serem distribuídos para o comitê. Outra preocupação é referente ao pagamento justo, de forma a não onerar os setores com menos recursos financeiros.

Quadro 3.1 - Opinião dos participantes a respeito da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Você é a favor da cobrança pelo uso do recurso hídrico?	Justifique:
Não	Se cobrar mais esse tributo, não resolveria o problema, pois seria mais um recurso sem retorno à sociedade
	Acredito que seja mais um tributo que não retornará para a sociedade
	Porque não temos estrutura financeira. Estamos descapitalizados. Primeiro temos que ter água, depois a cobrança
Sim	Esse instrumento demonstra controle, gestão e que o mau uso pode levar a escassez ou a falta de qualidade para determinados fins

Quadro 3.1 - Opinião dos participantes a respeito da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Você é a favor da cobrança pelo uso do recurso hídrico?	Justifique:
	<p>Desde que essa cobrança seja compatível com os custos e não acima do valor gasto. Não concordo com o pagamento quando ocorre a salinização da água e a torna imprópria para o consumo humano, fazendo com que esta seja paga duas vezes, devido a necessidade de pagar caminhão pipa</p> <p>A cobrança é necessária para que seja revertida em investimentos para gestão hídrica</p> <p>Os investimentos da cobrança retornam em benefícios para a própria bacia, ainda subsidiará as ações dos comitês e outras demandas de recuperação da própria bacia</p> <p>Geração de renda</p> <p>Desta forma teríamos mais planejamento para a sua utilização</p> <p>Devido a forma desordenada que muitos usam e de desigualdade, na zona urbana é pago e nas propriedades não pode ser diferente</p>

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

A ocorrência de escassez hídrica, em condições não naturais, é resultante de uma combinação de fatores relacionados com a ação humana. Diante dos sucessivos efeitos da ação antrópica sobre o meio natural, é perdida a capacidade de uma bacia hidrográfica de armazenar o excesso de água produzido durante o período chuvoso, para, gradualmente liberá-lo nos períodos de estiagem. Dessa forma, o enfrentamento da escassez total ou parcial dos recursos hídricos vem se tornando cada vez mais uma constante, não só no território capixaba, como também em diversas partes do mundo.

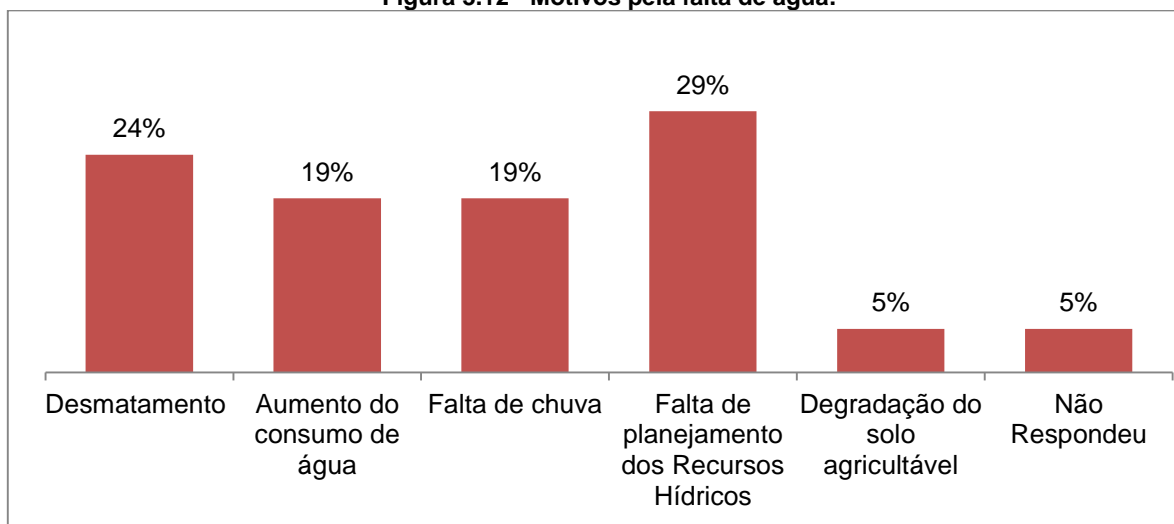
Para tentar entender a causa da escassez hídrica na percepção dos entrevistados, foi realizada pergunta com diferentes opções de resposta para os motivos da falta d'água.

A Essa elevação do consumo tem diversas causas, desde o crescimento populacional, desenvolvimento econômico e aumento das atividades produtivas, até o aumento do consumo de produtos com elevada taxa de consumo d'água em sua produção.

Figura 3.12 demonstra que 29% dos entrevistados apontaram como potencial motivo a “falta de planejamento dos recursos hídricos”, que remete às dificuldades de implementação de políticas públicas voltadas para a gestão e proteção dos recursos hídricos.

Outros 24% apontam o “desmatamento” como motivo da falta d'água. O “aumento do consumo de água” com 19%, também foi apontado como causa. Essa elevação do consumo tem diversas causas, desde o crescimento populacional, desenvolvimento econômico e aumento das atividades produtivas, até o aumento do consumo de produtos com elevada taxa de consumo d'água em sua produção.

Figura 3.12 - Motivos pela falta de água.

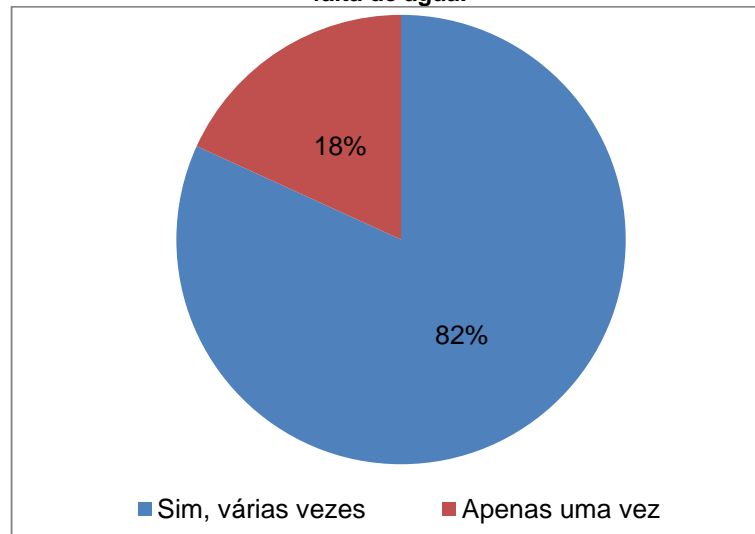


Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

O Espírito Santo tem enfrentado uma das mais graves crises hídricas de sua história. As chuvas abaixo da média, principalmente no ano de 2014, ocasionaram vazões muito aquém do esperado, proporcionando assim uma crise no abastecimento de água em algumas regiões. Essa estiagem foi sentida com mais intensidade principalmente no norte capixaba, local onde os baixos índices pluviométricos, num contexto estadual, são características naturais.

Neste aspecto, a figura a seguir apresenta a resposta à pergunta se o entrevistado já passou por situação crítica de falta de água. Como resposta, 82% dos participantes afirmaram já ter vivenciado a experiência de falta de água na bacia em vários momentos. Este resultado revela as dificuldades encontradas na região e a necessidade urgente da adoção de medidas visando não só a conservação dos recursos hídricos, como também a recuperação do potencial de produção de água da bacia, que se mostra degradada pelas ações antrópicas.

Figura 3.13 - Resposta dos entrevistados quando perguntados se já passaram por situação crítica de falta de água.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

A figura a seguir apresenta os impactos gerados pela falta de água segundo a percepção dos entrevistados. Destes, 23% apontaram que a “crise econômica” é um dos impactos mais significativos pela falta de água; e 23% disseram ser a “falta de alimentos”.

É necessário observar que os dois impactos mais mencionados possuem uma relação sinérgica. A possível falta de alimentos, apontada por 22% dos entrevistados, é reflexo direto da falta de água para os cultivos agrícolas. Em vista disso, num estado que possui na produção agrícola uma grande fonte de renda, a queda na produção agrícola tende a agravar ainda mais a crise econômica.

Figura 3.14 - Impactos gerados pela falta de água.



Fonte: Elaborada pela equipe técnica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas ao questionário e os depoimentos evidenciaram bom entendimento do impacto das atividades humanas sobre o ambiente. Os representantes do CBH São Mateus avaliaram como prioritário o fortalecimento da gestão das bacias hidrográficas, o fortalecimento do próprio comitê e o fomento da participação social.

Além disso, os participantes apresentaram interesse num melhor funcionamento dos comitês, na recuperação da bacia hidrográfica, nos atuais índices de quantidade e qualidade de suas águas e na resolução dos conflitos.

A percepção dos entrevistados propiciou sinergismo para a compreensão da realidade local. No entanto, a compreensão dos entrevistados parece ainda não ser suficiente para gerar mudanças de comportamento na sociedade da bacia visando o aproveitamento das potencialidades da mesma, bem como sua conservação. Trata-se de temática complexa que engloba diferentes instituições e campos sociais, todas elas interdependentes.

Para o bom funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e do Sistema Integrado de Gerenciamento Recursos Hídricos (SIGERH/ES) é importante a consolidação dos instrumentos propostos na Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 10.179/2014 (ESPÍRITO SANTO, 2014), além de uma participação social forte para que as decisões tomadas no comitê resultem na implementação desses instrumentos, mesmo que de maneira lenta e gradual.

Foi possível constatar a importância dos Comitês de Bacias Hidrográficas, no contexto estadual, enquanto espaços públicos e democráticos de exercício pleno da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos na bacia hidrográfica de sua jurisdição.

Verificaram-se pontos positivos na busca por um aprimoramento da gestão de recursos hídricos. Como exemplo, pode-se citar o esforço e o comprometimento dos diversos representantes do comitê nesta causa, buscando superar todas as limitações existentes.

Porém é importante que o comitê analise pontos de melhoria do processo de gestão descentralizada e participativa. Dentre estes pontos, é necessário frisar que a composição do comitê deve sempre estar de acordo com a legislação estadual e com o próprio regimento do comitê, para que assim seja garantida uma representação ampla e democrática, evitando-se uma desigual distribuição dos representantes.

Também cabe destacar a relevância de se buscar mecanismos operacionais para a cobrança pelo uso da água, e com isso consolidar o papel do comitê na gestão dos recursos hídricos, o qual depende fundamentalmente de apoio técnico e financeiro do estado.

Em síntese, verificou-se a importância dos comitês firmarem parcerias e buscarem apoios consistentes, para que desta forma o SIGERH/ES seja consolidado, e os Comitês de Bacia Hidrográfica cumpram seu papel fundamental na gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos.

5 BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei n. 9433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. 1997.

DIAS, A. L. V. Engajamento cívico e escolaridade: a formação de cidadão engajados e o papel da escolaridade superior. In: I Seminário Internacional de Ciência Política. Porto Alegre. 2015

EDITORIAL. *Water Policy*. Vol. 3, 449 – 455 pp. 2001

ESPÍRITO SANTO. Lei n.10.179, de 18 de março de 2014. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – SINGERH/ES e dá outras providências. 2014.

ZAMPIERON, S.L.M.; FAGIONATO, S.; RUFFINO, P.H.P. Ambiente, Representação Social e Percepção. In: Schiel, D. et al. (orgs./eds.) O estudo de bacias hidrográficas: uma estratégia para Educação Ambiental. São Carlos: Ed. RiMa. 2ª ed. 2003.

6 APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A- Identificação

1. Sexo

- Feminino Masculino

2. Comitê de Bacia Hidrográfica que participa:

- CBH São Mateus CBH Itaúnas CBH Rio Novo CBH Itapemirim CBH Itabapoana

3. Idade: _____

4. Escolaridade:

- Ensino fundamental incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino superior incompleto
 Ensino superior completo
 Pós-graduação

5. Profissão/Ocupação nos últimos **3 (três)** anos:

—

6. Naturalidade: _____

7. Município que reside atualmente: _____

8. Localidade/Distrito/Comunidade: _____

9. Há quanto tempo reside no município atual? _____

10. Qual é o segmento que você representa dentro do Comitê de Bacia Hidrográfica?

- Poder Público
 Usuário da Água
 Sociedade Civil Organizada
 Convidado

11. Dentro do segmento apontado, qual entidade você representa? (escreva o nome)

12. Qual é o seu tempo de atuação no Comitê:

- Até 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 1 a 2 anos
- 2 a 5 anos
- Mais de 5 anos

13. Titulação dentro do Comitê de Bacia Hidrográfica:

- Membro titular
- Membro suplente

14. Você **participa** ou **já participou** de outro(s) Comitê(s) de Bacia(s) Hidrográfica(s) diferente do atual (is)?

- Sim
- Não

15. Se **sim**, qual (is)? E por quanto tempo?

16. Participa de outras entidades, associações ou movimentos sociais? Se sim, quais?

B - Comitê de Bacias

1. Você está satisfeito com **suas condições** de participação no Comitê?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

2. Quais das opções abaixo dificultam a **atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica** que você participa? Marque apenas **2 (duas)** opções.

- Número de vagas no comitê
- Ausência dos participantes nas reuniões
- Falta de infraestrutura para realização de reuniões
- Falta de recurso para locomoção dos participantes
- Falta de apoio do órgão gestor
- Conflito de interesses
- Outro. Qual? _____

3. Você está satisfeito com a gestão atual dos recursos hídricos nesta bacia hidrográfica?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

4. Como é a atuação do Comitê de Bacia na resolução dos conflitos pelo uso da água?

- O Comitê sempre atua na resolução dos conflitos
 O Comitê atua na maioria das vezes na resolução dos conflitos
 O Comitê atua raramente na resolução dos conflitos
 O Comitê não atua na resolução dos conflitos

5. Para você, quais seriam os maiores conflitos pelo uso da água na sua bacia hidrográfica? Dê sua opinião descrevendo.

6. Como você avalia a comunicação entre o Comitê de Bacia e a população residente na Bacia Hidrográfica?

- Péssima Ruim Razoável Boa Ótima

7. Para você, qual seria a utilidade **principal** de um Plano de Recursos Hídricos para sua bacia hidrográfica?

8. Você é a favor da cobrança pelo uso do recurso hídrico?

- Sim Não

Justifique:

C – Questões Ambientais

1. Quais foram as mudanças mais significativas em relação à água nos últimos 5 anos na bacia hidrográfica onde vive? Marcar as **2 (duas)** mais importantes.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Aumento ou diminuição da vazão dos rios | <input type="checkbox"/> Alteração do regime de chuvas |
| <input type="checkbox"/> Os rios estão com mais sedimentos | <input type="checkbox"/> Modificação no uso do solo |
| <input type="checkbox"/> Poluição dos rios por esgoto | <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> Disposição inadequada de lixo | |

2. Caso falte água na bacia hidrográfica onde vive, quais são os principais motivos? Marque os **2 (dois)** mais importantes.

- Desmatamento
- Aumento do consumo de água
- Construção de barragens

- Falta de chuva
- Falta de planejamento dos Recursos Hídricos
- Outro. Qual? _____

3. Na sua opinião, quais são os setores que **gastam mais** água? Marque apenas **2 (duas)** opções.

- Agricultura
- Pecuária
- Silvicultura (ex: Eucalipto, Seringal)
- Mineração
- Indústrias

- Consumo humano
- Comércio
- Outro? _____

4. Na sua opinião, qual atividade causa **maior impacto** na qualidade das águas? Marque apenas **2 (duas)** opções.

- Agricultura
- Aquicultura
- Descarga de esgoto
- Indústrias

- Pecuária
- Silvicultura (ex.: Eucalipto, Seringal, Pinnus)
- Mineração
- Outro? _____

5. Em algum momento, você já passou por uma situação crítica de falta de água no seu município de origem?

- Sim, várias vezes
- Apenas uma vez
- Não

6. Em situações críticas de falta de água, você acredita que os estabelecimentos comerciais, empresas, hotéis e outros tipos de empreendimentos são afetados da mesma maneira que a sociedade nesse aspecto?

- Sim, todos são afetados da mesma forma pela crise
- Não, a falta de água é apresentada de maneira diferente nos diversos setores da sociedade
- Não sabe

7. Você estaria ou não mais disposto a conviver com índices mais elevados de poluição, degradação e pior qualidade dos recursos hídricos se isso trouxesse um maior desenvolvimento econômico e mais empregos para a população?

- Sim, estaria disposto
- Não estaria disposto
- Não sabe

8. Assinale **três opções** que você considera como os principais impactos gerados pela falta de água:

- Violência
- Pobreza



- Crise Econômica
- Crise Política
- Problemas com transporte
- Problemas de saúde
- Falta de alimentos
- Problemas de saneamento básico

9. Para você, o que seria um diagnóstico? Dê sua opinião.

10. Para você, o que seria um prognóstico? Dê sua opinião.

11. O que você entende por Unidade de Planejamento? Dê sua opinião.
